



TERMO DE USO E POLÍTICA DE **PRIVACIDADE DE DADOS**

Versão 1.1 - 14/08/2024

Grupo **Assessor**

SUMÁRIO

TERMO DE USO3

1. ACEITAÇÃO DO TERMO DE USO	3
2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO.....	3
3. ARCABOUÇO LEGAL	3
4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	4
5. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO	8
6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO	9
7. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9
8. POLÍTICA DE PRIVACIDADE.....	10
9. MUDANÇAS NO TERMO DE USO	10
10. INFORMAÇÕES PARA CONTATO.....	10
11. FORO	10

POLÍTICA DE PRIVACIDADE.....11

1. DEFINIÇÕES	11
2. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	12
3. CONTROLADOR.....	13
4. OPERADOR	13
5. ENCARREGADO (DPO).....	13
6. COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS	13
7. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS	14
8. QUAIS DADOS SÃO TRATADOS	14
9. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS.....	15
10. QUAL O TRATAMENTO REALIZADO E PARA QUAL FINALIDADE.....	15
11. COMPARTILHAMENTO DE DADOS	16
12. SEGURANÇA DOS DADOS.....	16
13. COOKIES	17
14. MUDANÇAS NA POLÍTICA DE PRIVACIDADE.....	17

TERMO DE USO

1. ACEITAÇÃO DO TERMO DE USO

O presente Termo de Uso se refere a um contrato de adesão firmado entre o usuário e o fornecedor deste serviço, o(a) Grupo Assessor, localizado(a) na, Av. Brasília, nº2121, Sala 315, Araçatuba, São Paulo.

O uso deste serviço está condicionado à aceitação / ciência dos termos e das políticas associadas. O usuário deverá ler tais termos e políticas, certificar-se de havê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Uso e se comprometer a cumpri-las.

Ao utilizar o serviço, o usuário manifesta estar ciente / de acordo com reação ao conteúdo deste Termo de Uso e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas.

2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

Agente público: Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

Agentes de Estado: Inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.

Códigos maliciosos: São qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.

Sítios e aplicativos: Sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.

Terceiro: Pessoa física ou jurídica que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico, em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse no negócio jurídico.

Internet: Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.

Usuários: (ou “Usuário”, quando individualmente considerado): Todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço.

3. ARCABOUÇO LEGAL

O arcabouço legal compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação	Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017	Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição.
Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012	Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.
Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019	Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.
Normas complementares do Gabinete de Segurança da Informação da Presidência (GSI/PR)	Disciplinam a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.
Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018	Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.
Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012	Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos.

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

1. Abrangência

Esta Política de Privacidade é aplicável a todas as pessoas físicas e jurídicas (Colaboradores, Ex-colaboradores, Clientes, Fornecedores de bens e serviços e Parceiros) que tem o seu cadastro (dados pessoais) nos websites e sistemas licenciados pelo GRUPO ASSESSOR.

Esta política descreve como o GRUPO ASSESSOR, na qualidade de controladores ou operadores trata os seus dados.

Na qualidade de controlador, são coletados os seus dados pessoais quando você (i) se cadastra em nossos websites/ferramentas oficiais de cadastro de contato, para qualquer finalidade; ii) se cadastra em nossos aplicativos ou (iii) quando seu empregador te cadastra, em uma relação direta com o GRUPO ASSESSOR.

Também são coletados os seus dados pessoais sempre que você deseja iniciar um relacionamento profissional com o GRUPO ASSESSOR ou quando o GRUPO lhe cadastra como seu representante/usuário, mediante aviso e consentimento prévio.

Na qualidade de operador, são tratados os seus dados pessoais quando um controlador (geralmente uma pessoa jurídica de direito público) nos contrata para a gestão de seus dados, utilizando-se de nossos sistemas.

Nesse caso, é operacionalizado o tratamento de dados pessoais em nome de clientes contratantes, sendo esses agentes que coletarão seus dados para execução de suas políticas próprias e para as finalidades

legais aplicáveis, utilizando nossos sistemas para gerenciar o lançamento e armazenamento dessas informações, de acordo com cada pasta/repartição inerente ao sistema contratado.

Considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e operacionais a que estão sujeitas cada atividade de tratamento de dados pessoais mapeadas dentro do Grupo Assessor, a partir dos direcionamentos previstos no presente Termo, todo o Grupo deverá observar as previsões contidas neste documento, sem prejuízo de procedimentos e instruções de trabalho que venham a ser desenvolvidos oportunamente, observando a manutenção e/ou incremento dos aspectos asseguradores da conformidade da Companhia com a legislação vigente nacional e internacional aplicável sobre proteção de dados pessoais.

As práticas descritas nesta Política de Privacidade se aplicam ao tratamento dos seus dados pessoais no Brasil e estão sujeitas às leis locais aplicáveis – LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

2. Dados pessoais coletados pelos Websites e Soluções do GRUPO ASSESSOR

Ao se cadastrar nos websites e ferramentas de cadastros oficiais do GRUPO ASSESSOR, incluindo plataformas de recrutamento oficialmente adotadas pelo GRUPO, você fornece os seus dados pessoais para que seja possível a manutenção de canal de contato e realização de atividades a qual o cadastro se destinar, que poderá ser comercial, esclarecimento de dúvidas relativas às atividades da empresa, ou ainda, para fins de participação em nossos processos seletivos. No caso das Empresas, que ao realizar seu cadastro vinculam os dados pessoais de seus funcionários, estas informações também recebem os mesmos tratamentos e proteções.

A partir do momento em que você aceita os termos desta Política de Privacidade, você concorda expressamente em fornecer apenas dados pessoais verdadeiros e corretos e em não alterar a sua identidade ou seus dados pessoais de qualquer forma no acesso e na utilização dos nossos serviços ou sistemas. **Lembre-se que você é o responsável por fornecer informações precisas e atualizadas nos Websites do GRUPO ASSESSOR, sendo assim, informações falsas, desatualizadas ou imprecisas serão de sua responsabilidade.**

O **GRUPO ASSESSOR** não possui qualquer responsabilidade pela veracidade dos dados fornecidos, bem como por eventuais danos decorrentes da inexatidão e/ou desatualização de referidas informações.

Estes são os dados pessoais coletados e utilizados nas hipóteses acima mencionadas:

Dados cadastrais: nome, documentos de identificação, nacionalidade, endereço, data de nascimento, filiação, gênero, entre outros.

Dados de contato: telefone fixo, telefone celular e e-mail.

Dados profissionais: nome do empregador, função/cargo, telefone, e-mail institucional, superior hierárquico, entre outros.

Também podemos coletar seus dados de navegação, sobre as suas interações com o aplicativo ou website, tais como: histórico de pesquisas, histórico de navegação, datas e horários de acesso, recursos utilizados, a forma com que utiliza os produtos e serviços, problemas do Aplicativo e outras atividades do sistema. Essas informações são importantes para um melhor desempenho das funcionalidades disponibilizadas no website e aplicativo e para possibilitar a exibição de conteúdos relevantes para você. Sempre que oportuno, estes dados de uso serão anonimizados (sem que se possa, portanto, saber quem você é).

Em alguns casos, podemos fazer essa coleta por meio de Cookies, ferramenta importante para o devido funcionamento de nossos serviços. Assim, você deve estar ciente de que, caso opte por recusar ou remover os Cookies, poderá ter a disponibilidade e a funcionalidade dos serviços afetadas.

Dispositivos: quando você utiliza dispositivos para acessar nossos websites e/ou aplicativos, coletaremos os dados do dispositivo utilizado, como marca, sistema operacional, endereço de IP, tipo de conexão

de rede (WI-FI, 3G, LTE, Bluetooth ou outros), desempenho da rede e do Dispositivo, tipo de navegador, versão, idioma e versão do Aplicativo. Estas informações são necessárias para garantir a compatibilidade de nossos serviços com o Dispositivo que você utiliza e, assim, permitir uma melhor experiência.

O **GRUPO ASSESSOR**, na qualidade de controladora nessas situações, somente coletará seus dados para publicidade e marketing se você for um usuário cadastrado ou que mantém tratativas conosco e concordar com tal finalidade.

As bases legais de dados do GRUPO ASSESSOR, com a LGPD em vigor, serão utilizadas nos estritos limites das permissões da lei, sempre facultando ao titular o exercício dos direitos legais inerentes aos dados pessoais.

3. Dados pessoais coletados pelos Sistemas do GRUPO ASSESSOR

Os seus dados ainda poderão ser coletados e tratados, de forma online e/ou presencial, por meio da utilização de sistemas de tecnologia da informação licenciados pelo **GRUPO ASSESSOR** pelos entes/instituições contratantes, consideradas como “controladores” nessas situações, atuando o **GRUPO ASSESSOR** como operador no tratamento a ser realizado, na forma da Lei, ou seja, se o ente(s) da sua cidade opera(m) sistemas contratados com o **GRUPO ASSESSOR**, seja(s) ele(s) integrante(s) da Administração Direta ou Indireta do Município, nós podemos ser legalmente considerados como o operador do tratamento de dados pessoais geridos pelos sistemas que forem licenciados.

Se você for uma criança/adolescente seus dados somente serão tratados com permissão expressa do responsável legal.

Sempre que a Lei o exigir, é de responsabilidade do controlador (no caso, o ente público contratante) por coletar o seu consentimento, o que deverá ser realizado de forma simples e acessível, nos pontos/ferramentas de coleta e tratamento de dados.

Para saber quais são os dados pessoais tratados pelo ente público “controlador”, verifique o Termo de Referência (ou documento equivalente) da licitação/processo administrativo originário da contratação do **GRUPO ASSESSOR**.

4. Por que coletamos seus dados pessoais

Seus dados pessoais são coletados e tratados para viabilizar o exercício da atividade do GRUPO ASSESSOR, em todas as suas frentes (operações, comercial, marketing, administrativo, RH, jurídico, etc).

Os Dados Pessoais coletados, nos termos da presente Política, são utilizados para as seguintes finalidades:

- cumprir com nossas obrigações contratuais, em especial a execução dos contratos celebrados com clientes finais, entes públicos controladores das informações pessoais, nas definições da LGPD;
- cumprir requisitos legais e/ou regulamentares aplicáveis à empresa;
- manter canal de comunicação aberto entre empresa e titular de dados que, por livre e espontânea vontade, deseja se cadastrar em nossos canais oficiais de contato para receber novidades, oportunidades de trabalho, integrar nosso banco de talentos, e demais finalidades de seu interesse;
- para notificá-lo sobre eventuais alterações em nossos produtos e serviços;
- reforçar nossos procedimentos de segurança e proteção, visando a prestação de um serviço mais seguro e eficaz;
- administrar nossa prestação de serviços e/ou fornecimento de produtos;
- realizar operações internas, incluindo suporte aos clientes e outros titulares de dados, solução de problemas, análise de dados, testes, pesquisas e estatística;
- melhorar e aperfeiçoar nossos serviços e produtos, garantindo que eles sejam apresentados da maneira mais eficaz a você;
- fornecer informações sobre outros serviços e/ou produtos que oferecemos;
- produzir provas e auxiliar na condução de processos jurídicos, administrativos ou arbitrais, bem como auxiliar no cumprimento de outros requisitos legais;

Caso você queira saber mais detalhes sobre como os seus Dados Pessoais serão tratados pelo **GRUPO ASSESSOR** com base nas finalidades descritas nesse item, entre em contato conosco por meio do **nosso canal oficial de atendimento às questões relacionadas à LGPD**, destacado em nosso site.

Todos os dados que forem fornecidos ativamente ou coletados são considerados confidenciais. Assim, nos comprometemos a adotar todas as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger seus Dados Pessoais, observando, por exemplo, as diretrizes sobre padrões de segurança estabelecidas na legislação vigente.

O tráfego de dados será realizado preferencialmente de forma criptografada e empreendemos, conforme regras de nossa **Política de Segurança da Informação**, meios técnicos adequados à proteção dos dados.

5. Compartilhamento de dados pessoais

Nos casos em que o **GRUPO ASSESSOR** é “controlador” no tratamento de dados, seus dados somente serão compartilhados caso você consinta com esse procedimento e para as finalidades às quais o compartilhamento se destinar, o que será informado no ato do cadastro que você realizar em nossos canais oficiais.

Os dados informados nos Sistemas do **GRUPO ASSESSOR**, sempre que este é o “operador” do tratamento de dados, poderão ser compartilhados, a critério do controlador:

(i) com outros **entes públicos em âmbito Municipal, Estadual ou Federal** para a verificação de benefícios legais, para a execução de políticas públicas e otimização de recursos públicos;

ii) com **outras empresas/fornecedoras do ente público contratante**, para fins de execução contratual celebrado entre as partes mencionadas para atendimento ao interesse público da aquisição/serviço;

(iii) se você for um usuário empregado/funcionário do ente público contratante de nossos sistemas, seus dados poderão ser compartilhados com outras instituições de direito público ou privado, de acordo com estatutos, políticas internas, políticas públicas e legislações aplicáveis ao seu órgão de contratação;

(iv) por solicitação própria do titular.

Se você estiver em dúvidas sobre as hipóteses de compartilhamento acima mencionadas, consulte o controlador de seus dados pessoais, ou entre em contato conosco por meio do **nosso canal oficial de atendimento às questões relacionadas à LGPD**, destacado em nosso site.

6. Duração do Tratamento dos Dados Pessoais

O prazo de Tratamento dos seus Dados Pessoais pelo **GRUPO ASSESSOR** poderá se dar de acordo:

- com os tipos de produtos e serviços contratados/prestados/fornecidos;
- com as finalidades do tratamento;
- com as disposições contratuais e legais em questão.

Assim, seus Dados Pessoais serão excluídos pelo **GRUPO ASSESSOR** ou pelo controlador dos dados, exceto no caso do armazenamento ser feito em razão de obrigação legal ou regulamentar, quando:

- a finalidade para a qual a informação foi coletada seja alcançada ou quando os Dados Pessoais deixarem de ser necessários ou pertinentes para o alcance desta finalidade;
- quando houver revogação do consentimento;
- mediante determinação de autoridade competente para tanto.

Durante o período em que os dados pessoais estiverem retidos, estes serão armazenados dentro das condições da Segurança da Informação, com os pilares de confidencialidade, integridade e disponibilidade. Será priorizado sempre que possível ou tecnicamente viável, que estes dados sejam anonimizados.

7. Revogação do consentimento

Nos casos em que o **GRUPO ASSESSOR** é “controlador” no tratamento dos dados, o titular de dados que consentir com seu tratamento terá o direito de revogar o consentimento fornecido. O **GRUPO ASSESSOR** se reserva ao direito de informar ao titular, no ato da solicitação, caso a informação não possa ser eliminada, indicando as bases legais e o período mínimo necessário para manutenção das informações.

Quando o **GRUPO ASSESSOR** for o “operador, caso você queira exercer este direito, você deverá entrar em contato com o Controlador dos Dados Pessoais, que é a empresa de direito público contratante dos nossos sistemas.

Em qualquer dos casos acima tratados, se você estiver em dúvidas sobre processo de revogação ou quem é o ente controlador da informação, entre em contato conosco por meio do **nosso canal oficial de atendimento às questões relacionadas à LGPD**.

8. Os Seus Direitos como Titular dos Dados Pessoais

A Lei Geral de Proteção de Dados confere um rol de direitos aos Titulares dos Dados. Sendo assim, você, como Titular dos Dados, pode fazer as solicitações ao controlador dos dados, para confirmação de existência de tratamento, acesso e/ou correção de dados, solicitar sua anonimização, bloqueio ou eliminação, portabilidade de dados, informações sobre seu compartilhamento, revogação ou oposição ao processamento de dados pessoais, ou ainda a revisão de decisão automatizada.

Para exercer qualquer um dos seus direitos estabelecidos acima, você deve entrar em contato conosco por meio do **nosso canal oficial de atendimento às questões relacionadas à LGPD**. Você receberá uma resposta em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data da sua solicitação.

Por motivos de segurança, somente poderemos atender à sua solicitação se tivermos certeza da sua identidade. Sendo assim, poderemos solicitar dados ou informações adicionais para a confirmação da identidade e da autenticidade do requisitante.

5. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO

De acordo com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do usuário:

- I. Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;
- II. Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;
- III. Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- IV. Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- V. Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; e
- VI. Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
 - a. horário de funcionamento das unidades administrativas;
 - b. serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
 - c. acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
 - d. situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado; e
 - e. valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO

Quais são as obrigações dos usuários que utilizam o serviço?

O usuário se responsabiliza pela precisão e pela veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência deles poderá implicar na impossibilidade de se utilizar o sistema.

Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. O usuário se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido após o ato de compartilhamento.

O usuário do serviço é responsável pela atualização dos seus dados pessoais e pelas consequências em caso de omissão ou erros nos dados fornecidos.

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários; de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

O(a) Grupo Assessor não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- a)** Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b)** Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c)** Proteção do computador;
- d)** Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- e)** Uso incompatível dos computadores dos usuários com suas atribuições;
- f)** Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- g)** Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- h)** Perímetro inseguro.

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública será responsável pela instalação, no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

7. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Quais são as responsabilidades da Administração Pública com meus dados?

A Administração Pública se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

8. POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A Política de Privacidade estabelecida pelo(a) **Grupo Assessor** é utilizada no tratamento de dados pessoais. Essa Política específica faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais mencionados por esse Serviço serão tratados nos termos da legislação em vigor. Para mais informações acesse nossa política de privacidade em **política de privacidade**.

9. MUDANÇAS NO TERMO DE USO

Este Termo de Uso pode ser alterado?

A presente versão (**versão 1.1**) deste Termo de Uso foi atualizada pela última vez em: **12 de junho de 2024**.

O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização do Termos de Uso e da Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

10. INFORMAÇÕES PARA CONTATO

Em caso de dúvidas, entre em contato por meio dos nossos canais de atendimento:

E-mail: dpo.lgpd@grupoassessor.com

comite.lgpd@grupoassessor.com

Telefone: 18 2102-6000

11. FORO

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela comarca/seção judiciária de **Araçatuba/São Paulo**.

Sem prejuízo de qualquer outra via administrativa ou judicial disponível, todos os titulares de dados pessoais têm direito a acionar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. DEFINIÇÕES

Para melhor compreensão deste documento, nesta Política de Privacidade, consideram-se:

Agentes de tratamento:	O controlador e o operador.
Anonimização:	Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
Autoridade Nacional:	Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
Banco de Dados:	Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
Consentimento:	Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
Controlador:	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
Dado Anonimizado:	Dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
Dado Pessoal:	Informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.
Dado Pessoal Sensível:	Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
Encarregado:	Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
Operador:	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
Órgão de Pesquisa:	Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras e com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.
Titular:	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
Transferência Internacional de Dados:	Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
Tratamento:	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Uso Compartilhado de Dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

2. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

O site se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e a respeitar os princípios dispostos no Art. 6º de tal norma:

- I. Finalidade:** realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- II. Adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- III. Necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- IV. Livre acesso:** garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- V. Qualidade dos dados:** garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- VI. Transparência:** garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- VII. Segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- VIII. Prevenção:** adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- IX. Não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- X. Responsabilização e prestação de contas:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

3. CONTROLADOR

A quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais realizado (Controlador)?
A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como controlador, em seu Art. 5º, inciso VI, a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

As decisões referentes ao tratamento de dados pessoais são de responsabilidade do **Grupo Assessor**.

Endereço: Av. Brasília, nº2121, Sala 315.
E-mail: dpo.lgpd@grupoassessor.com
comite.lgpd@grupoassessor.com.
Telefone: 18 2102-6000.

4. OPERADOR

Quem realiza o tratamento de dados (Operador)?

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como operador, em seu Art. 5º, inciso VII, a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Quem realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador é o operador:

Nome: Grupo Assessor.

Endereço: Av. Brasília, nº2121, Sala 315.

E-mail: dpo.lgpd@grupoassessor.com

comite.lgpd@grupoassessor.com.

Telefone: 18 2102-6000.

5. ENCARREGADO (DPO)

Quem é o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados? O Encarregado de dados, mais conhecido como DPO (Data Protection Officer).

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais define como encarregado, em seu Art. 5º, inciso VIII, a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

O responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados é o(a) encarregado(a) designado pelo Grupo Assessor, **Renato Torres**.

O usuário poderá entrar em contato por meio do e-mail dpo.lgpd@grupoassessor.com, para sanar quaisquer dúvidas sobre esta Política de Privacidade ou para obter mais informações sobre o tratamento dos dados realizado com fundamento na LGPD.

6. COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS

Além das responsabilidades e das atribuições assumidas pelo Encarregado de dados, é constituído o Comitê Gestor de Proteção de Dados para auxiliá-lo na gestão e no cumprimento dos requisitos legais.

O Comitê tem como objetivos:

- Apoiar na conformidade legal, seja pelas exigências da LGPD, quanto para as demais legislações pertinentes;
- Desenvolver e implementar políticas e práticas de proteção adequada dos dados tratados pela organização;
- Auxiliar no monitoramento dos processos de tratamentos de dados para garantir sua conformidade;
- Apoiar na gestão de incidentes de segurança, promovendo debates, investigações e fundamentações em respostas;
- Promover eventos e programas de conscientização para a organização;
- Colaborar com a apuração de relatórios e na coordenação de auditorias internas e externas;
- Contribuir como canal de comunicação para garantir uma abordagem assertiva e ajudar que as informações cheguem até o encarregado.

7. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

Quais são os direitos do titular de dados pessoais?

O titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

- **Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II):** é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.
- **Direito de retificação (Art. 18, inciso III):** é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- **Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV):** é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- **Direito de oposição (Art. 18, § 2º):** é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- **Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, inciso V):** é o direito do titular de dados de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.
- **Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20):** o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

8. QUAIS DADOS SÃO TRATADOS

A utilização de determinadas funcionalidades do Serviço pelo titular de dados pessoais dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais:

Exemplos de dados pessoais:

- Nome completo;
- Nome social;
- Data de nascimento;
- Sexo;
- Filiação;
- Nacionalidade;
- Naturalidade;
- Número de inscrição no CPF;
- Situação cadastral no CPF;
- Estado civil;
- Endereço de e-mail;
- Endereço;
- Número de telefone;
- RG;
- Dados do dispositivo (modelo de hardware, sistema operacional);
- Localização do usuário;
- Registro de acesso;
- Foto do usuário.

9. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS

A forma como os seus dados pessoais são coletados é indicada abaixo:

DADOS TRATADOS	FORMA DE COLETA DOS DADOS
Nome completo	Informado pelo usuário
Nome social	Informado pelo usuário (opcional)
Data de nascimento	Informado pelo usuário
Sexo	Informado pelo usuário
Filiação	Informado pelo usuário
Nacionalidade	Informado pelo usuário
Naturalidade	Informado pelo usuário
Número de inscrição no CPF	Informado pelo usuário
Situação cadastral no CPF	Obtido de terceiros
Estado civil	Informado pelo usuário
Endereço de e-mail	Informado pelo usuário
Endereço	Informado pelo usuário
Número de telefone	Coletado pelo aplicativo (caso seja autorizado) ou informado pelo usuário
RG	Informado pelo usuário
Dados do dispositivo (modelo de hardware, sistema operacional)	Obtido ao utilizar o serviço após a aceite desta Política de Privacidade
Localização do usuário	Obtido ao utilizar o serviço após a aceite desta Política de Privacidade e caso o usuário permita
Registro de acesso	Obtido ao utilizar o serviço
Foto do usuário	Informado pelo usuário (opcional)

10. QUAL O TRATAMENTO REALIZADO E PARA QUAL FINALIDADE

DADO	TRATAMENTO	FINALIDADE
Nome completo	Acesso / Armazenamento	Identificação do usuário
Nome social	Acesso / Armazenamento	Identificação do usuário
Data de nascimento	Acesso / Armazenamento	Identificação do usuário
Sexo	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Filiação	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Nacionalidade	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Naturalidade	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Número de inscrição no CPF	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Situação cadastral no CPF	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Estado civil	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Endereço de e-mail	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Endereço	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço

Número de telefone	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
RG	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Dados do dispositivo (modelo de hardware, sistema operacional)	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Localização do usuário	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Registro de acesso	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço
Foto do usuário	Acesso / Armazenamento	O dado é necessário para identificação do usuário dentro do serviço

11. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Os dados pessoais do usuário poderão ser compartilhados entre a gestão do **Grupo Assessor**.

12. SEGURANÇA DOS DADOS

O Grupo Assessor se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados. Como também buscará continuamente a implementação e melhoria de procedimentos para proteger os Dados Pessoais coletados.

Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do usuário.

O serviço utiliza criptografia para que os dados sejam transmitidos de forma segura e confidencial, de maneira que a transmissão dos dados entre o servidor e o usuário, e em retroalimentação, ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada.

No entanto, o serviço se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiros, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. O Grupo Assessor se compromete, ainda, a comunicar o usuário em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoca, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Por fim, o serviço se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, dentro dos limites legais.

13. COOKIES

Cookies são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do usuário e que nele ficam armazenados, com informações relacionadas à navegação do site.

Por meio dos cookies, uma quantidade reduzida de informação são armazenadas pelo navegador do usuário para que o servidor do serviço possa lê-las posteriormente. Podem ser armazenados, por exemplo, dados sobre o dispositivo utilizado pelo usuário, bem como seu local e horário de acesso ao site.

É importante ressaltar que nem todo cookie contém dados pessoais do usuário, já que determinados tipos de cookies podem ser utilizados somente para que o serviço funcione corretamente.

As informações eventualmente armazenadas em cookies que refletem em dados pessoais, também estarão submetidas a todas as regras previstas nesta Política de Privacidade.

Nossa plataforma utiliza os seguintes cookies:

NOME DO COOKIE	FINALIDADE DA UTILIZAÇÃO
cookie_consent_level	Armazenar a informação sobre qual tipo de cookies foi aprovado.
cookie_consent_user_accepted	Armazenar a informação sobre se o uso de cookies foi aprovado ou não.
cookie_consent_user_consent_token	Armazena um valor de string que permite que o serviço Cookie Consent funcione corretamente.
_ga	Usado para distinguir usuários.
ga<container-id>	Usado para manter o estado da sessão.
Google Analytics	Usado para coletar informações sobre o uso do site. As informações são usadas para compilar relatórios e ajudar a melhorar o site.

14. MUDANÇAS NA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A presente versão (**versão 1.1**) desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: **12 de junho de 2024**.

O editor se reserva o direito de modificar, a qualquer momento no site as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o usuário a consultar periodicamente esta seção.



Grupo **Assessor**



grupoassessor.com



[grupoassessor](https://www.facebook.com/grupoassessor)



[ogrupoassessor](https://twitter.com/ogrupoassessor)



[company/grupo-assessor](https://www.linkedin.com/company/grupo-assessor)



[grupoassessor](https://www.instagram.com/grupoassessor)



[grupoassessor](https://www.youtube.com/grupoassessor)

